



Ouro Preto, 28 de setembro de 2020.

Demonstrações financeiras da Gerencianet Sociedade de Crédito S.A para o exercício findo em 30 de junho de 2020.

Prezados senhores:

A Gerencianet Sociedade de Crédito S.A vem apresentar as demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2020, em conexão com as normas aplicáveis às Sociedades de Crédito Direto. Serve também, a presente carta, para expressar e declarar a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras, pela sua elaboração e por sua divulgação em conformidade às melhores práticas contábeis aplicadas às Sociedades de Crédito Direto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2020 foram publicadas no dia 28 de setembro de 2020, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://gerencianet.com.br/governanca-corporativa/>.

Atenciosamente,

Evanil Paula

[Evanil Paula \(Sep 28, 2020 09:47 ADT\)](#)

Evanil Rosano de Paula
Diretor

Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A

Leôncio Rivelli Teixeira Nogueira

[Leôncio Rivelli Teixeira Nogueira \(Sep 28, 2020 09:13 ADT\)](#)

Leôncio Rivelli Teixeira Nogueira
Diretor

Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A

Eliana J. Paula Rivelli

[Eliana J. Paula Rivelli \(Sep 28, 2020 09:16 ADT\)](#)

Eliana de Jesus de Paula
Gerente Financeira

Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A

Adrielli T. Fonseca Vieira

[Adrielli T. Fonseca Vieira \(Sep 28, 2020 09:52 ADT\)](#)

Adrielli Tadia Fonseca Vieira
Contador – CRC: 123026-0

Contabilidade Bessa



Demonstrações Financeiras

1º SEMESTRE DE 2020

30 DE JUNHO DE 2020

Gerencianet Sociedade de Crédito S.A.



CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Balancos patrimoniais 6

Demonstrações de resultado 7

Demonstrações dos Resultados Abrangentes 8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9

Demonstrações dos fluxos de caixa 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras 11





KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A.

Belo Horizonte - Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase de partes relacionadas



Conforme mencionado na nota explicativa nº 09, chamamos à atenção para o fato que a Instituição faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com partes relacionadas, principalmente os saldos de disponibilidade. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



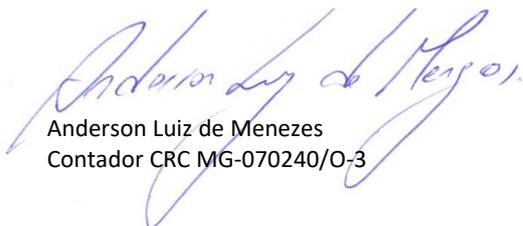
financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Balço Patrimonial em 30 de junho de 2020*(valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>	Passivo	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.500	Passivos financeiros		5
			Outros passivos financeiros	5	5
			Total do passivo		5
			Patrimônio Líquido	6	1.495
			Capital Social		1.500
			Prejuízos Acumulados		(5)
Total de Ativo		<u>1.500</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.500</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado**Período findo em 30 de junho de 2020 (31 de março à 30 de junho de 2020)***(valores expressos em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas de Prestação de Serviços		0
Outras Despesas Administrativas	7	(5)
Receitas e despesas operacionais		(5)
Resultado Operacional		(5)
Resultado antes dos tributos		(5)
Resultado líquido		(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 30 de junho de 2020 (31 de março à 30 de junho de 2020)

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2020</u>
Resultado líquido do período	(5)
Outros resultados abrangentes do período	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do período	
Atribuição do resultado abrangente	<u>(5)</u>
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	(5)
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	-
Total do resultado abrangente do período	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido**Período findo em 30 de junho de 2020 (31 de março à 30 de junho de 2020)***(valores expressos em milhares de reais)*

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/03/2020	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de Capital	1.500			1.500
Resultado do semestre	-	-	(5)	(5)
Destinações propostas:	-	-	-	
Constituição de Reserva de lucros a distribuir	-	(5)	(5)	-
Saldo em 30/06/2020	<u>1.500</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>1.495</u>
Mutações do período	<u>1.500</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>1.495</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa**Período findo em 30 de junho de 2020 (31 de março à 30 de junho de 2020)***(valores expressos em milhares de reais)***Elaborada pelo método indireto****30/06/2020**

Atividades operacionais

Resultado líquido

(5)

Lucro líquido Ajustado

(5)

Varição de ativos e passivos

Aumento (Redução) em outras obrigações

5

Caixa líquido aplicado em atividades operacionais

-

Atividades de financiamento

Integralização de capital

1.500

Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos**1.500****Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa****1.500**

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

-

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

1.500

Aumento (redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa**1.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Em 31 de março de 2020, a Gerencianet Sociedade de Crédito S.A obteve junto ao Banco Central do Brasil a permissão de funcionamento como Sociedade de Crédito Direto (SCD), onde será possível a realização de operações de crédito, por meio de recursos e sistemas tecnológicos ágeis e seguros.

A SCD pretende ter operações em todo o território nacional, visa oferecer acesso facilitado ao crédito aos atuais clientes Gerencianet, incluindo profissionais autônomos, empresas de micro, médio e pequeno porte.

O mercado de atuação do grupo inclui principalmente, prestadores de serviços de cobranças recorrentes que atuam em diversos segmentos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação societária da Lei nº 6.404/76, com alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e com base no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
- **Resolução nº 3.973/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24.
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).
- **Resolução nº 4.424/2015** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).
- **Resolução nº 4.524/2016** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - CPC 02 (R2).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado - CPC 27.
- **Resolução 4.748/2019** – Mensuração do Valor Justo – CPC 46.
- **Circular 3.959/2019 - CPC 41** - Resultado por Ação.



Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

a. Balanço Patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura dos grupos de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

b. Demonstração do Resultado

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187, § 1º da Lei nº 6.404/76 e conforme as bases para a apresentação da Demonstração do Resultado definidas pelo CPC 26 - Apresentação Das Demonstrações Contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de setembro de 2020.

3. Principais práticas contábeis

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. Quando há ganhos ou perdas do valor mobiliário classificado nas categorias títulos para negociação ou títulos disponíveis para venda, decorrentes das variações de mercado, esses serão reconhecidos na conta de resultado no período em que o lucro ou prejuízo ocorrer.

A respectiva prática ainda não possui saldo relacionado registrado na instituição, todavia é apresentada uma vez que se tornará comum futuramente.

e) Aplicações interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

A respectiva prática ainda não possui saldo relacionado registrado na instituição, todavia é apresentada uma vez que se tornará comum futuramente.



f) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com a empresa de advocacia Coimbra & Chaves Sociedade de Advogados, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências podem ser classificadas como:

- a) Provável: que são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas;
- c) Remota: que não requerem divulgação e provisão.

A respectiva prática ainda não possui saldo relacionado registrado na instituição, todavia é apresentada uma vez que se tornará comum futuramente.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em depósitos interfinanceiros de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

h) Ativo permanente

i) Imobilizado de Uso

A Gerencianet Pagamentos do Brasil Ltda, enquanto controladora da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto, está em fase de estruturação de um Centro de Serviços Compartilhados- CSC, no intuito de otimizar processos e permitir, dentre outras questões, o compartilhamento do ativo imobilizado com sua controlada.

O CSC considera e contempla as orientações da Receita Federal do Brasil quanto aos critérios de rateio, que englobam o reembolso de despesas decorrentes do uso pela Gerencianet SCD do ativo imobilizado da Gerencianet Pagamentos do Brasil Ltda, bem como, o custo pela sua manutenção.

A respectiva prática ainda não possui saldo relacionado registrado na instituição, todavia é apresentada uma vez que se tornará comum futuramente.

ii) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou



na medida que os benefícios econômicos fluem para a instituição; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A respectiva prática ainda não possui saldo relacionado registrado na instituição, todavia é apresentada uma vez que se tornará comum futuramente.

i) Tributos

O regime de tributação da instituição é o lucro real trimestral, abaixo as alíquotas consideradas na aplicação da base de cálculo.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

Descrição	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%

j) Outros ativos e passivos financeiros

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

k) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do exercício a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).



4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2020
Disponibilidades	1.500
Total de Caixa e equivalentes de caixa	1.500

5. Outros Passivos Financeiros

O saldo de outros passivos financeiros é composto como segue:

Descrição	30/06/2020
Contas a pagar a terceiros (a)	(2)
Outros passivos financeiros (b)	(3)
Total	(5)
Passivo Circulante	(2)
Passivo Não Circulante	(3)

- (a) O saldo de contas a pagar a terceiros é composto por valores em aberto junto a fornecedores de serviços, cujo prazo de vencimento é de, no máximo, 30 dias.

O saldo de outros passivos financeiros é composto por empréstimos da controladora.

6. Patrimônio Líquido

A Sociedade de Crédito Direto – SCD, em seu Patrimônio Líquido segue a legislação específica para seu segmento conforme Resolução CMN 4606, de 19 de outubro de 2017, Resolução CMN 4553, de 30 de janeiro de 2017 e Resolução CMN 4656, de 26 de abril de 2018.

a) Capital social

O capital social da Gerencianet Sociedade De Crédito Direto S.A. no exercício findo em 30/06/2020 é de R\$ 1.500 subscrito, dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de 1,50 cada.

b) Política de distribuição de lucros

A distribuição de lucros segue os critérios estabelecidos no Estatuto, Capítulo VII, Artigo 18,19,20 e 21.



Do lucro líquido apurado em cada balanço após a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores se houver, serão destinados: a) 5% (cinco por cento), para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 5% (cinco por cento), no mínimo, para dividendos e/ou remuneração sobre o capital aos acionistas, observadas as disposições legais aplicáveis; e c) o saldo, se houver, terá aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.

Tal distribuição de lucros não é obrigatória no exercício social em que em que a administração julgá-lo incompatível com a situação financeira da Sociedade, podendo a Diretoria propor aos acionistas na Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo e/ou remuneração sobre capital inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo e/ou remuneração sobre capital.

O prazo para pagamento do dividendo e/ou remuneração sobre capital será estipulado pela Assembleia Geral Ordinária que o aprovou, de acordo com as disponibilidades financeiras da Sociedade, justificadas pela Diretoria, porém, não ultrapassando o exercício.

A Assembleia Geral poderá determinar as condições em que a Sociedade poderá distribuir dividendos e/ou pagar remuneração sobre capital, dentro dos limites legais e de acordo com as determinações do presente Estatuto.

c) Constituição de reserva de Lucro

Serão destinados, 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada balanço após a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores se houver, para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance 20% (vinte por cento) do capital social conforme estabelecido no Estatuto da empresa, Capítulo VII, Artigo 18.

7. Outras Despesas Administrativas

Os saldos de outras despesas administrativas estão dispostos a seguir:

	30/06/2020
Contabilidade e Auditoria	(5)
Total	(5)

8. Transação com partes relacionadas

Transação com partes relacionadas é definida por operações financeiras entre membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas.

a. Remuneração dos administradores da instituição

A remuneração dos Administradores da Instituição será paga integralmente pela empresa controladora, Gerencianet Pagamentos do Brasil, com o respectivo reembolso.

A Gerencianet Pagamentos do Brasil Ltda, enquanto controladora da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto, está em fase de estruturação de um Centro de Serviços Compartilhados- CSC, no



intuito de otimizar processos e permitir, dentre outras questões, o compartilhamento do ativo imobilizado, despesa com pessoal e fornecedores.

O CSC considera e contempla as orientações da Receita Federal do Brasil quanto aos critérios de rateio, que englobam o reembolso de despesas decorrentes do uso pela Gerencianet SCD do ativo imobilizado da Gerencianet Pagamentos do Brasil Ltda, bem como, o custo pela sua manutenção.

Ativo	30/06/2020
Controladora	
Depósitos	1.500
Outras partes relacionadas	-
Empréstimos controladora	(3)
Total	1.497

9. Gestão de riscos e de capital

Gestão de riscos

A Gerencianet Sociedade de Crédito Direto tem conhecimento sobre a importância do gerenciamento de riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O Gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental das atividades da instituição, o qual se encontra alinhado à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de uma instituição sólida, integrada, rentável e socialmente responsável e eficiente. Abrange os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de mercado, e possui estrutura compatível com a natureza e complexidade dos serviços e produtos ofertados pela instituição, bem como com os seus processos e sistemas.

a. Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido conforme redação da Resolução CMN 4.557/17, como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A Gerencianet Sociedade de Crédito Direto, com conformidade com suas políticas internas de gerenciamento de risco, dispõe de processos e ferramentas adequadas para mensurar, classificar, monitorar e mitigar o risco de crédito.

b. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido conforme redação da Resolução CMN 4.557/17, como sendo a possibilidade da instituição: não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e



inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A gestão do risco de liquidez consiste, portanto, no conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando, mas não se limitando, ao planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.

c. Risco operacional

O Risco Operacional é definido conforme redação da Resolução CMN 4.557/17 como sendo a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos da instituição.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado à:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Gerencianet Sociedade de Crédito Direto;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais;
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

d. Risco de Mercado

Risco de mercado é definido pela Resolução 4.557/17 como o risco de perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, sejam estes riscos oriundos de taxas de juros, de ações, de taxas de câmbio ou de commodities.

O gerenciamento de risco de mercado da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que está se encontra sujeita e na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pela Gerencianet em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

Gestão de capital

A gestão de capital é definida como o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Gerencianet Sociedade de Crédito Direto, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos aos quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da instituição.

A estruturação de gestão de capital da Gerencianet Sociedade de Crédito Direto é compatível com o seu tamanho, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.



Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site www.gerencianet.com.br.

10. Eventos subsequentes

Em 30 de junho de 2020 até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira da instituição.



Administradores

Evanil Rosano de Paula

Leôncio Rivelli Teixeira

Contadora Responsável

Adrielli Tadia Fonseca Vieira

CRC MG: 123026-O